



CONCURSO PÚBLICO  
Edital n. 01/2008-CMBH

**CONSULTOR LEGISLATIVO**  
**ÁREA – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,**  
**ORÇAMENTO E FINANÇAS**  
Código 108

---

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO.**  
**Elas fazem parte da sua prova.**

---

Este caderno contém a **Prova Objetiva** abrangendo **Língua Portuguesa, Conhecimentos Específicos e Noções de Direito Público.**

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome, número de inscrição e cargo de opção;
- assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

- **use apenas caneta esferográfica azul ou preta;**
- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

**Não deixe nenhuma questão sem resposta.**

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

**ATENÇÃO:** Nos termos do Edital n. 01/2008-CMBH, “Será eliminado deste concurso público o candidato que [...] **portar arma** no local [...], **portar – mesmo que desligados** – ou fizer uso de quaisquer equipamentos eletrônicos [...] tais como relógio digital [...], **telefone celular**, [...] ou outros similares [...]” (subitem 7.16, alíneas “e” e “f”).

---

**O TEMPO TOTAL DE DURAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E ABERTA É DE 5 (CINCO) HORAS INCLUINDO O PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS E A TRANSCRIÇÃO DE RASCUNHO, SE HOUVER.**

---

# ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **50 (cinquenta) questões objetivas sendo 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos Específicos e 10 (dez) questões de Noções de Direito Público** —, cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas**, das quais apenas **uma** responde corretamente ao que é solicitado em cada questão.

Havendo algum problema, informe-o ***imediatamente*** ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.Sa. não observe essa recomendação, ***não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.***

# Língua Portuguesa

**INSTRUÇÃO:** As questões de 1 a 15 relacionam-se com o texto abaixo. Leia-o com atenção antes de responder a elas.

## Constituição – 20 anos

A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação. Isso é típico delas. Constituições não materializam consensos perfeitos, mas os acordos possíveis e, como a história, são escritas pelos vencedores. “A Assembléia Constituinte era  
5 composta de pessoas de todas as origens. Eram banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros. Todos queriam estar representados. Queriam, a seu modo, melhorar o Brasil”, lembra Bernardo Cabral, relator-geral da Constituição. Alguns impasses eram insolúveis, como provam os diversos temas consagrados no texto, mas deixados à espera de uma lei complementar. Até hoje há dezenas de  
10 artigos que aguardam regulamentação. Vista por esse prisma, a Carta deixou claro quanto ainda existe de dissenso na vida pública brasileira. Dois méritos se agigantam quando se fala da Constituição de 88. Assim que foi promulgada, ela se tornou um símbolo. Era o sinal de que, depois de 21 anos de ditadura militar, o país havia cumprido a transição democrática. Como na primeira hora, a Carta preserva  
15 essa força simbólica. Acima de tudo, ela deu ao país instituições funcionais, verdadeiras máquinas de resolver conflitos sem rupturas políticas dramáticas e paralisantes, e, fazendo isso, proporcionou ao Brasil um caminho trilhável para o futuro. Não é pouca coisa.

As luzes da democracia só chegaram ao país em 1891, um século após  
20 nascer na Europa e nos Estados Unidos. No século passado, o Brasil conheceu apenas lampejos democráticos, intercalados com as longas sombras dos períodos autoritários. Antes da Carta de 88, foram quatro constituições e duas ditaduras — a de Getúlio Vargas e a dos militares. A cada terremoto institucional, seguia-se uma nova Constituição.

Em 1988, a tentativa constitucional parecia mais propensa a durar, até porque  
25 ela refletia os anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, portanto, robusto e saudável. Ainda assim, a nova certidão de nascimento contém falhas congênitas. Um dos maiores estudiosos da história dos governos, o inglês S.E. Finer definiu desta forma as constituições: “Elas são códigos de normas  
30 que pretendem regular a distribuição de poderes, funções e deveres entre as várias agências do governo e definir as relações entre eles e o povo”. Aí se encontra, por assim dizer, o mínimo denominador comum de um texto constitucional, preocupado em separar os poderes, organizar o funcionamento do estado e garantir os direitos individuais dos cidadãos. A Carta brasileira não se contentou com as nobres  
35 funções definidas por Finer e, seguindo uma tendência das constituições no século XX, encantou-se com o dirigismo econômico a ponto de ameaçar o funcionamento da atividade produtiva.

É notório o detalhismo da Carta de 88. Quando se examinam os artigos que ficaram de fora do texto final, nota-se a disposição dos constituintes para o detalhe.

40 Um artigo suprimido estabelecia, por exemplo, que “homens e mulheres teriam direitos iguais, excetuando-se os períodos de menstruação”. Dois deles, que ficaram na redação definitiva, citam a Ordem dos Advogados do Brasil, o que faz dela, talvez, como observou o constituinte Roberto Campos, o único “clube de profissionais” a eternizar-se em um texto constitucional. O detalhismo foi uma  
45 opção dos constituintes baseada no que acreditavam ser sua mais nobre missão, como explica o constitucionalista Oscar Vilhena, da Universidade de São Paulo: “Os constituintes queriam assegurar que os abusos da ditadura, como a censura e a perseguição política, não se repetissem. Naquele momento, a maneira mais apropriada de fazer isso parecia ser encravar minuciosamente todos os direitos na  
50 Constituição”.

Paradoxalmente, a Carta de 88 perpetuou a concentração do poder no Executivo, dando continuidade a uma tradição que remonta ao império. O governo federal se manteve senhor absoluto da chave do cofre, de modo que o grosso dos tributos pagos pelo contribuinte continuou fazendo uma escala nos cofres da União  
55 para só então ser distribuído, ao alvitre do poder central, aos estados e municípios. Qual seria a alternativa? Àquela altura, a prática das democracias mais prósperas e estáveis mostrava que o racional seria produzir um orçamento e uma metodologia de repasses menos dependentes do grão-senhor, o Executivo. A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de  
60 regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto. Diz o filósofo Roberto Romano, da Unicamp: “O modelo aprovado pelos constituintes resultou numa concentração ainda mais aguda de poderes do governo central, o que causa um desequilíbrio na harmonia do sistema democrático. Esse presidencialismo imperial levou ao  
65 enfraquecimento do Congresso e do sistema partidário”.

Não faltaram momentos críticos para pôr à prova o modelo de resistência do DNA democrático da Carta de 88. O mais agudo deles foi o processo de ‘impeachment’ do presidente Collor, todo ele conduzido dentro da legalidade do Congresso. Nos crimes de corrupção que se seguiram, seja no governo Fernando  
70 Henrique Cardoso, seja recentemente no escândalo do mensalão, no governo Lula, não se cogitou recorrer a ações que agredissem o arcabouço democrático. Tudo foi resolvido dentro dos preceitos legais.

Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova  
75 Carta: “Ela tornará o Brasil ingovernável”, disse Sarney. Ele se baseava na avaliação — acertada — de que os dispositivos econômicos da Constituição embutiam enormes desequilíbrios. As emendas salvaram-na do vaticínio de Sarney. O presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou uma cadeia de rádio e TV para reafirmar suas convicções: “Será a  
80 Constituição Cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros. O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo”. Ulysses tinha certeza de ter produzido uma Constituição com “cheiro de amanhã, não de mofo”. À sua maneira, tanto Sarney quanto Ulysses estavam certos. A Carta de 88 refletiu a hegemonia da sociedade civil e dos princípios democráticos. Seria, portanto, uma  
85 redução ociosa classificá-la como boa ou ruim. Ela veio a ser funcional no terreno da política e na arquitetura social — e, graças às dezenas de emendas que recebeu nessas duas décadas, foi se tornando menos pesada na economia. É a cara do Brasil.

*Veja*, 8/10/2008, texto adaptado.

### Questão 1

A alternativa que **NÃO** contém um desdobramento apresentado no texto como ponto negativo da Constituição é

- A) debilitação dos partidos políticos.
- B) excesso de pormenores, com o objetivo, entre outros, de se controlar a atividade econômica.
- C) generosidade em relação aos direitos sociais, tornando a gestão pública quase inviável.
- D) restrição das prerrogativas da Câmara e do Senado, no que diz respeito à atividade legiferante, como decorrência da hipertrofia do Executivo.

### Questão 2

O texto apresenta os constituintes de 88 como

- A) corporativistas, marcados pela carência de princípios éticos.
- B) idealistas, caracterizados pela heterogeneidade e pela profusão de interesses.
- C) inseqüentes, evitados pelo temor decorrente da repressão do período ditatorial.
- D) sérios e responsáveis, identificados pela capacidade de aquiescer e fazer concessões diante de impasses.

### Questão 3

Assinale a alternativa que apresenta uma assertiva que **NÃO** condiz com as idéias expressas no texto.

- A) A aprovação de emendas à Constituição resgatou, de alguma forma, a governabilidade do Brasil.
- B) A inclusão na Carta do dispositivo que trata da OAB se justifica pelo fato de ser a mais reconhecida entidade de classe de defesa dos direitos sociais e humanos.
- C) Num regime ideal, haveria maior desconcentração de poder, inclusive no que se refere à repartição de recursos públicos.
- D) O *impeachment* de Collor representou um teste, um momento institucional em que foram respeitados os princípios democráticos implantados com a Constituição de 1988.

#### Questão 4

O texto vincula os temas cuja regulamentação depende de lei complementar

- A) à necessidade de detalhamento, impertinente numa Constituição.
- B) à ausência de acordo, conseqüência da diversidade de percepções e interesses.
- C) à prioridade para os temas mais instigantes e prementes.
- D) ao fato de não abordarem temas alheios a uma Constituição.

#### Questão 5

“Será a Constituição Cidadã porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros.”  
(linhas 79-80)

Assinale a alternativa em que a substituição do termo sublinhado pelo pronome correspondente está **CORRETA**.

- A) Será a Constituição Cidadã porque os recuperará como cidadãos.
- B) Será a Constituição Cidadã porque recuperá-los-á como cidadãos.
- C) Será a Constituição Cidadã porque lhes recuperará como cidadãos.
- D) Será a Constituição Cidadã porque recuperar-lhes-á como cidadãos.

#### Questão 6

“A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação.” (linhas 1-2)

Assinale a redação que **NÃO** é admitida pela norma culta.

- A) Completaram-se vinte anos desde a promulgação da Constituição.
- B) Faz vinte anos que a Constituição foi promulgada.
- C) Promulgou-se, há vinte anos, a Constituição.
- D) Tem vinte anos que a Constituição foi promulgada.

### Questão 7

Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova Carta: “Ela tornará o Brasil ingovernável”, disse Sarney.

Mantendo-se o contexto e preservando-se o significado, a estrutura sublinhada pode ser substituída por

- A) Sarney afirmou que ela torna o Brasil ingovernável.
- B) Sarney afirmou que ela tornará o Brasil ingovernável.
- C) Sarney afirmou que ela tornara o Brasil ingovernável.
- D) Sarney afirmou que ela tornaria o Brasil ingovernável.

### Questão 8

Assinale a alternativa em que **NÃO** se admite a correspondência entre o termo destacado e a expressão entre colchetes.

- A) “A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto. [ATOS EXCEPCIONALÍSSIMOS]
- B) “A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação. Isso é típico delas.” [DAS FORÇAS POLÍTICAS DOMINANTES]
- C) Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova Carta [...] [A JOSÉ SARNEY]
- D) “Elas são códigos de normas que pretendem regular a distribuição dos poderes [...]” [CÓDIGOS DE NORMAS]

### Questão 9

“Em 1988, a tentativa constitucional parecia mais propensa a durar, até porque ela refletia os anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, portanto, robusto e saudável.”

Considerando o período destacado acima, assinale a alternativa em que a redação proposta **NÃO** preserva o sentido do texto.

- A) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Logo seu DNA era robusto e saudável.
- B) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais, pois seu DNA era robusto e saudável.
- C) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, assim, robusto e saudável.
- D) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, pois, robusto e saudável.

### Questão 10

Ainda que provoque alguma alteração no sentido, a substituição do termo sublinhado pela forma verbal entre colchetes **NÃO** acarreta erro de concordância em

- A) “A Constituição de 88 deu ao Executivo a dívida das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto.” [SE TORNARAM]
- B) “Àquela altura, a prática das democracias mais prósperas e estáveis mostrava que o racional seria produzir um orçamento e uma metodologia de repasses menos dependentes do grão-senhor, o Executivo.” [MOSTRAVAM]
- C) “Não faltaram momentos críticos para pôr à prova o modelo de resistência do DNA democrático da Carta de 88.” [FALTOU]
- D) “[...] seja recentemente no escândalo do mensalão, no governo Lula, não se cogitou recorrer a ações que agredissem o arcabouço democrático. Tudo foi resolvido dentro dos preceitos legais.” [COGITARAM]

### Questão 11

“A Assembléia Constituinte era composta de pessoas de todas as origens.” (linhas 4-5)

Assinale a forma ativa correspondente ao período acima.

- A) Pessoas de todas as origens compõem a Constituinte.
- B) Pessoas de todas as origens comporiam a Constituinte.
- C) Pessoas de todas as origens compunham a Constituinte.
- D) Pessoas de todas as origens compuseram a Constituinte.

### Questão 12

“Vista por esse prisma, a Carta deixou claro quanto ainda existe de dissenso na vida pública brasileira.” (linhas 10-11)

Assinale a redação que **NÃO** contém erro gramatical.

- A) Vista por esse prisma, a Constituição deixou claro que existem bastantes pontos de dissenso na vida pública brasileira.
- B) Vistas por esse prisma, as disposições constitucionais deixaram claro os traços da existência de dissenso na vida pública brasileira.
- C) Visto por esse prisma, o texto constitucional deixou claro o quão repleto de dissenso é a vida pública brasileira.
- D) Vistos por este prisma, os dispositivos do texto constitucional deixaram claras as evidências de como se fez presentes na vida pública brasileira o dissenso.

### Questão 13

“Era o sinal de que, depois de 21 anos de ditadura militar, o país havia cumprido a transição democrática.” (linhas 13-14)

A alternativa que contém uma forma verbal correspondente, em tempo e modo, à estrutura sublinhada é

- A) cumpria.
- B) cumprira.
- C) cumpriria.
- D) cumpriu.

## Questão 14

De acordo com o Decreto n. 6.583, publicado no “Diário da União” de 30/09/2008, “não se acentuam graficamente os ditongos da sílaba tônica das palavras paroxítonas”.

Nos termos da mesma publicação, “o Acordo, que produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009, obedecerá a um período de transição até 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica em vigor e a nova norma estabelecida.”

Assinale a alternativa que contém um vocábulo em que o acento gráfico — ainda obrigatório — se justifica pela regra do ditongo mencionada na transcrição acima.

- A) Assembléia.
- B) País
- C) Período
- D) Pôr

## Questão 15

A alternativa em que a nova redação preserva o sentido e a correção gramatical é

- A) “A Assembléia Constituinte era composta de pessoas de todas as origens. Eram banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros. Todos queriam estar representados. Queriam, a seu modo, melhorar o Brasil” [...] Pessoas de todas as origens compunham a Assembléia Constituinte: banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros, que queriam, todos estarem representados e, a seu modo, melhorar o Brasil. [...]
- B) “A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação.” Na ocasião de sua promulgação, a Constituição — que agora completa vinte anos — refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil.
- C) “Constituições não materializam consensos perfeitos, mas os acordos possíveis e, como a história, são escritas pelos vencedores.” Como a história, as constituições são escritas pelos vencedores, haja vista que não só materializam os acordos possíveis como também os consensos perfeitos.
- D) “Os constituintes queriam assegurar que os abusos da ditadura, como a censura e a perseguição política, não se repetissem. Naquele momento, a maneira mais apropriada de fazer isso parecia ser encravar minuciosamente todos os direitos na Constituição”. Encravar minuciosamente todos os direitos na Constituição parecia, naquele momento, serem a maneira mais apropriada dos constituintes assegurarem que não se repetisse os abusos da ditadura como a censura e a perseguição política.

## Conhecimentos Específicos

### Questão 16

A partir da Emenda Constitucional 19/98, iniciou-se a reforma da Administração Pública Brasileira.

Dentre as alternativas abaixo, assinale a que **NÃO** se inclui entre os problemas básicos enfrentados nessa reforma.

- A) Delimitação do tamanho do Estado.
- B) Redefinição do papel regulador do Estado.
- C) Recuperação da capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo (governança).
- D) Diminuição da capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar (governabilidade).

### Questão 17

Para solucionar o problema da governança, na reforma administrativa brasileira, o objetivo é substituir a forma burocrática de administração do Estado pela denominada Administração Pública Gerencial.

Entre as características apresentadas abaixo indique a que **NÃO** se enquadra nessa nova forma de administrar o Estado.

- A) Orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente.
- B) Ênfase no controle dos procedimentos por meio da implantação dos contratos de gestão.
- C) Terceirização das atividades auxiliares ou de apoio, que passam a ser licitadas competitivamente no mercado.
- D) Transferência, para o setor público não estatal, dos serviços sociais e científicos competitivos.

### **Questão 18**

Os governos freqüentemente recorrem ao endividamento para financiar suas operações. Essa operação de financiamentos constitui a dívida pública da administração pública.

A respeito da dívida pública, podemos afirmar que

- A) a necessidade de financiamento do setor público representa o resultado da variação da dívida líquida.
- B) a administração pública poderá contratar qualquer operação de crédito sem autorização da Secretaria do Tesouro Nacional ou do Senado Federal.
- C) o financiamento do déficit primário com recursos obtidos mediante endividamento melhora o quadro fiscal em decorrência da ampliação da dívida pública.
- D) a Lei Complementar n. 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, não tratou em seus artigos da dívida pública.

### **Questão 19**

Contados da data de sua constituição, o ato de cobrança do crédito tributário prescreve em

- A) 10 anos.
- B) seis anos.
- C) cinco anos.
- D) 30 anos.

### **Questão 20**

Pertence integralmente ao Município o produto da arrecadação do seguinte tributo:

- A) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- B) Imposto de Renda Retido na Fonte
- C) Imposto sobre Produtos Industrializados
- D) Imposto sobre Operações Financeiras

### Questão 21

A Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu mecanismos mais rigorosos para a administração das finanças públicas nas três esferas de governo.

Indique a obrigatoriedade que **NÃO** está prevista na referida lei.

- A) Estabelecimento de metas anuais de resultado fiscal, por intermédio das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), somente na esfera do governo da União.
- B) Efetiva implementação de todos os tributos previstos na Constituição, nas três esferas de governo.
- C) Corte de despesas programadas, quando nova estimativa de receita indicar risco de não cumprimento das metas de resultado estabelecidas na LDO.
- D) Vedação de contratação de obrigações, nos últimos dois quadrimestres do mandato do governante, que não possam ser cumpridas integralmente no próprio exercício.

### Questão 22

Estão sujeitos às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, inclusive Tribunal de Contas e Judiciário, bem como o Ministério Público, abrangendo órgãos da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais subordinadas.

Assinale a alternativa que **melhor** expressa os quatros pilares em que se apóia a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- A) Planejamento, transparência, controle e responsabilização
- B) Limites, controle, planejamento e responsabilização
- C) Princípios, limites, planejamento e controle
- D) Equilíbrio, limites, controles e responsabilização

### Questão 23

Assinale a alternativa que **NÃO** pode ser considerada como uma função do orçamento público.

- A) Assegurar ajustamentos na alocação de recursos.
- B) Conseguir ajustamentos na distribuição da renda e da riqueza.
- C) Garantir a estabilização econômica.
- D) Estabelecer que as despesas não devem ultrapassar as receitas previstas para o exercício financeiro.

### Questão 24

Os princípios orçamentários visam estabelecer as regras para elaboração e controle do orçamento. No modelo brasileiro, essas regras estão definidas na Constituição, na Lei n. 4.230/64, no PPA e na LDO.

Assinale o princípio que **NÃO** está previsto na Lei n. 4.320/64.

- A) Unidade
- B) Universalidade
- C) Regra de Ouro
- D) Anualidade

### Questão 25

Assinale a alternativa que **NÃO** constitui uma manifestação do poder de Polícia do Estado no campo tributário.

- A) Poder Tributário
- B) Poder Tributário extra fiscal
- C) Poder de Polícia Fiscal
- D) Poder Discricionário

### Questão 26

A despesa pública, desde a sua fixação na proposta orçamentária até o seu pagamento, passa pelos estágios de fixação, programação, empenho, liquidação e pagamento.

O estágio de liquidação da despesa pública produz a seguinte alteração no patrimônio público.

- A) Diminuição do passivo financeiro
- B) Diminuição de um ativo financeiro e aumento ativo permanente
- C) Efetivação da despesa pública e aumento do passivo financeiro
- D) Aumento do ativo e vinculação de um crédito orçamentário

### Questão 27

Analise a seguinte situação hipotética de um balancete de um ente público ao final do exercício financeiro.

(Valores em R\$ mil)

Receitas Orçamentárias	200	Despesas Orçamentárias	210
Receitas Extra-orçamentárias	15	Despesas Extra-orçamentárias	10
Restos a Pagar processado	50		

A situação apresentada indica que houve

- A) um déficit orçamentário de R\$ 10 e um acréscimo do saldo financeiro de R\$ 45.
- B) um déficit orçamentário de R\$ 5 e despesas liquidadas de R\$ 160.
- C) um superávit orçamentário de R\$ 5 e despesas empenhadas de R\$ 210.
- D) despesas liquidadas de R\$ 170 e despesas empenhadas de R\$ 220.

### Questão 28

O procedimento licitatório é um conjunto de atos sucessivos realizados na forma e nos prazos preconizados na lei.

A respeito do processo de licitação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Além da busca pela proposta mais vantajosa, a licitação deve realizar o princípio da isonomia.
- B) A circunstância de que a administração deve seguir procedimentos previamente definidos não implica, no entanto, o dever de não adotar formalismos exagerados.
- C) A não realização da licitação, sem que haja fundamento para essa contratação direta, implica o cometimento de crime.
- D) O princípio da impessoalidade é o próprio fundamento para a existência do procedimento licitatório.

### Questão 29

Em se tratando das modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Todas as hipóteses enquadradas pela legislação como dispensa de licitação estão relacionadas à alienação de bens.
- B) Nas hipóteses de dispensa e de inexigibilidade, é importante lembrar que a lei de licitação não exige que o administrador justifique a contratação sem licitação.
- C) Na situação de dispensa de licitação, existe a possibilidade de competição, de modo que seria possível a realização de licitação.
- D) As licitações dispensada e dispensável são modalidades de dispensa de licitação.

### Questão 30

O auditor interno utiliza na realização dos trabalhos diversas metodologias e técnicas de auditoria.

Entre elas, podemos citar os testes substantivos que têm como objetivo

- A) verificar se os processos de despesas estão devidamente assinados pelo ordenador de despesas da entidade.
- B) avaliar se o sistema levantado é o que está sendo utilizado nas operações rotineiras da entidade.
- C) avaliar o controle dos contratos de compras assinados, mas ainda não realizados economicamente.
- D) avaliar se o saldo da conta caixa da entidade está em conformidade como o saldo do balancete.

### Questão 31

O estudo das execuções orçamentária e financeira de uma entidade poderia levar o auditor a detectar a seguinte inconformidade.

- A) A entidade tem financiamentos de longo prazo contabilizados no passivo financeiro.
- B) A entidade não tem controle adequado das diárias de viagens pagas.
- C) Os bens do ativo imobilizado da entidade são obsoletos.
- D) A entidade não vem cumprindo as leis de conservação do meio ambiente.

### Questão 32

De acordo com o artigo 74 da CF, o Controle Interno deve ser estruturado de forma integrada entre os Poderes, com as seguintes finalidades, **EXCETO**

- A) julgamento das contas de administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos.
- B) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da união.
- C) exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União, dos Estados e Municípios.
- D) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

### Questão 33

Assinale a alternativa que **NÃO** representa um ato de improbidade administrativa, previsto na Lei n. 8.429/92.

- A) ato que importa enriquecimento ilícito.
- B) ato que causa prejuízo ao erário.
- C) ato que atenta contra os princípios da administração pública.
- D) ato praticado pelo gestor público considerado crime contra a vida.

### Questão 34

No que diz respeito à Previdência no Serviço Público, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- B) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- C) Ao servidor ocupante, exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime geral de previdência social.
- D) Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do respectivo servidor em que se der a aposentadoria e, necessariamente, corresponderão à totalidade da remuneração.

### Questão 35

O pagamento da operação de crédito normalmente é realizado em parcelas denominadas prestações.

As prestações são compostas pelos seguintes pagamentos:

- A) Juros + Encargos + Amortização
- B) Juros + Amortização
- C) Juros + Encargos
- D) Juros + Serviço da Dívida

### Questão 36

Denomina-se Política Econômica o conjunto de estratégias de intervenção do governo na economia.

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, associando os objetivos perseguidos pela política econômica às respectivas descrições.

#### COLUNA I

- 1. Eficácia produtiva
- 2. Sustentabilidade
- 3. Equidade distributiva
- 4. Estabilidade

#### COLUNA II

- ( ) implica garantir condições favoráveis para o crescimento da produtividade da economia, dos níveis de emprego e renda.
- ( ) implica buscar meios para que a renda produzida no País seja apropriada pela sociedade de forma equilibrada e, não, concentrada.
- ( ) implica a busca da garantia de que os níveis de atividade não sofram alterações bruscas, bem como que os preços, as taxas de juros e as taxas cambiais não apresentem variações expressivas.
- ( ) diz respeito à equidade intergeracional, ou seja, à busca da garantia de que a atividade econômica atual não coloque em risco as gerações futuras.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (1) (3) (4) (2)
- B) (3) (2) (1) (4)
- C) (2) (1) (3) (4)
- D) (4) (3) (2) (1)

### Questão 37

Com a internet, a noção de transparência informacional se somou ao conceito de governo eletrônico. Ela enfrenta a opacidade que interdita o Estado aos cidadãos e afeta as formas de produção dos “sítios” do governo.

Assinale a alternativa que **NÃO** se enquadra nessa afirmativa sobre governo eletrônico.

- A) No mundo inteiro, administradores públicos têm encarado a internet como uma força no sentido de otimizar a resposta do governo aos cidadãos.
- B) O governo eletrônico objetiva fornecer informações, serviços e produtos via meio eletrônico, a partir de órgãos públicos, a qualquer momento, local e a qualquer cidadão.
- C) Uma das metas do governo eletrônico seria a inclusão digital. Note que isso não significa somente tornar os computadores acessíveis a todos, mas também tornar os “sítios” do governo fáceis de usar, de modo a derrubar barreiras causadas pela falta de conhecimentos e de experiência.
- D) A acessibilidade dos portais de governo deveria se restringir aos grupos cujos problemas são mais fáceis de ser abordados.

### Questão 38

Nas Parcerias Público-Privadas (PPP), assinale a alternativa que **NÃO** representa uma vantagem para o Estado na sua implementação.

- A) Recursos financeiros suplementares imediatos
- B) Incentivos à geração de empregos no setor privado
- C) Transferência de tecnologia ao setor privado
- D) Soluções sob medida e dinamização da gestão

### Questão 39

O processo de gerenciamento de risco pressupõe conhecer os riscos e saber em que situações eles podem ou não ser assumidos.

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, identificando as atividades utilizadas para o processo de gerenciamento de risco.

<b>COLUNA I</b>	<b>COLUNA II</b>
1. Identificação	<input type="checkbox"/> a descrição, a probabilidade e o impacto dos riscos, associados a cada risco são usados como uma base a partir da qual os passos de gerenciamento dos riscos são desenvolvidos.
2. Projeção	<input type="checkbox"/> é feita com estimativas da projeção dos riscos, determinando uma ordem de prioridade para os riscos que foram descobertos e determinar um controle para minimizar a probabilidade de ocorrer o risco.
3. Avaliação	<input type="checkbox"/> tenta classificar cada risco de duas maneiras. A primeira é a probabilidade de que o risco seja real e a segunda são as conseqüências dos problemas associados ao risco.
4. Administração	<input type="checkbox"/> envolve a relação dos riscos específicos de projeto dentro de uma determinada categoria. Um dos melhores métodos para se entender cada um dos riscos é usar um conjunto de perguntas que ajude o planejador do projeto a compreender os riscos em termos técnicos ou de projeto.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (2) (4) (1) (3)
- B) (4) (2) (3) (1)
- C) (1) (3) (4) (2)
- D) (4) (3) (2) (1)

#### Questão 40

A estrutura geral das Normas de Auditoria da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) tem sua origem nas declarações de Lima e Tóquio, nas conclusões e recomendações adotadas pelos congressos da INTOSAI e no trabalho realizado pelo Grupo de Especialistas das Nações Unidas sobre Contabilidade e Auditoria do Setor Público nos Países em Desenvolvimento.

Assinale a alternativa que **NÃO** se enquadra nos princípios básicos da INTOSAI.

- A) A existência de um sistema de controle interno apropriado não reduz ao mínimo o risco de erros e inconformidades.
- B) A cooperação das entidades fiscalizadas, no que se refere a proporcionar e manter o acesso aos dados necessários para uma avaliação adequada das suas atividades, seria facilitada pela inclusão de tal obrigação em um preceito legal.
- C) A obrigação de prestar contas por parte das pessoas ou entidades que lidam com recursos públicos está cada vez mais presente na consciência de todos. Isto ocorre devido a uma maior necessidade de que tal obrigação seja cumprida de forma correta e eficaz.
- D) A implantação, nas Administrações Públicas, de sistemas adequados de obtenção de dados, de controle, de avaliação e de apresentação de relatórios facilitará o processo de rendição de contas. É de responsabilidade da direção que a forma e o conteúdo, tanto dos relatórios financeiros como dos de qualquer outro tipo, sejam corretos e adequados.

# Noções de Direito Público

## Questão 41

Analise as seguintes afirmativas sobre a fundação instituída pelo poder público e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- ( ) A dotação patrimonial terá que ser inteiramente do poder público.
- ( ) A sua natureza fundacional retira-lhe a possibilidade de auto-administração.
- ( ) A forma de extinção das fundações governamentais é apenas por lei e, não, pelas disposições do Código Civil.
- ( ) Terão imunidade tributária, quanto ao imposto sobre patrimônio, a renda ou serviços vinculados a suas finalidades essenciais.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (V) (F) (F)
- B) (F) (F) (V) (V)
- C) (V) (F) (V) (V)
- D) (V) (F) (V) (F)

## Questão 42

O Controle da Administração Pública Indireta é exercido

- A) pela tutela e nos exatos limites estabelecidos em lei.
- B) pelo poder de autotutela que permitirá rever os atos ilegais e inoportunos.
- C) por um controle interno que permitirá a revisão de atos eivados de vícios.
- D) somente quando houver provocação dos administrados.

## Questão 43

Sobre o Serviço Público, é **CORRETO** afirmar que

- A) a abrangência das atividades consideradas como serviço público são sempre as mesmas no tempo e no espaço.
- B) a gestão do serviço público é atribuição do Estado que poderá exercê-la de forma direta ou indireta.
- C) não poderá ser objeto de delegação pelo Poder Público em razão da supremacia do interesse público.
- D) será possível a distinção de caráter pessoal para que se faça jus à prestação do serviço público.

#### Questão 44

“No contrato administrativo, existe uma oferta feita, em geral, por meio do edital de licitação, a toda coletividade; dentre os interessados que a aceitam e fazem a sua proposta (referente ao equilíbrio econômico do contrato), a Administração seleciona a que apresenta as condições mais convenientes para a celebração do ajuste. Forma-se, assim, a vontade contratual unitária (primeiro elemento)” (Di Pietro, 2006, p. 261).

Sobre o contrato administrativo, segundo as previsões legais da Lei n. 8.666/93 e explicadas por Maria Sylvia, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Devido ao princípio da indisponibilidade, jamais poderá ser considerado como um contrato de adesão.
- B) É defesa à Administração Pública a rescisão do contrato em razão da associação do contratado com outrem para sua consecução. Tal possibilidade será adstrita ao caso de se conter esta norma de forma expressa no edital de convocação.
- C) É obrigatório por lei que a Administração Pública exija garantia do contratado nos contratos de obras, serviços e compras. Estas poderão ser das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária e aval pessoal de pessoa de Direito Público.
- D) Ocorrendo a rescisão por motivo de interesse público, caso fortuito ou de força maior, a Administração Pública estará obrigada a ressarcir os prejuízos regularmente comprovados, a devolver a garantia e a pagar as prestações devidas até a data da rescisão.

#### Questão 45

Sobre o Servidor Público, conforme as disposições da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável, duas vezes, por igual período.
- B) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- C) A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço e campanha de órgão público, por qualquer veículo de comunicação, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, e dela não constarão nome, cor ou imagem que caracterizem a promoção pessoal do servidor público.
- D) O servidor público será aposentado por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos.

### Questão 46

O uso especial de bem patrimonial do Município por terceiro será objeto, na forma da lei, de concessão, permissão e autorização.

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, fazendo a relação da modalidade com o seu respectivo conceito, conforme descrito por Maria Sylvia Di Pietro em seu livro Direito Administrativo.

<b>COLUNA I</b>	<b>COLUNA II</b>
1. Concessão	( ) ato administrativo precário, unilateral, gratuito ou oneroso e discricionário pelo qual a Administração faculta a utilização privativa de bem público para fins de interesse público.
2. Permissão	( ) ato administrativo precário, unilateral e discricionário pelo qual a Administração consente que o particular utilize o bem público com exclusividade. É de caráter transitório.
3. Autorização	( ) contrato administrativo pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa do bem público, para que o exerça conforme a sua destinação.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (1) (2) (3)
- B) (3) (2) (1)
- C) (2) (3) (1)
- D) (2) (1) (3)

### Questão 47

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** os requisitos para o recebimento da proposição pelo Presidente da Câmara, conforme o Regimento da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

- A) Redação clara e na forma técnica que melhor convier ao proponente, desde que não seja de matéria prejudicada.
- B) Redação clara, forma técnica legislativa e de livre estilo, não podendo conter semelhança com outra proposição em trâmite.
- C) Redação clara, obedecendo ao estilo parlamentar e à técnica legislativa, não podendo constituir matéria prejudicada, mas permitida a repetição de matéria em tramitação.
- D) Redação clara com estilo parlamentar e técnica legislativa, vedada a identidade e/ou semelhança com matéria em tramitação e a que estiver prejudicada.

### Questão 48

É de Competência privativa da Câmara Municipal, segundo a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, **EXCETO**

- A) processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e o Secretário Municipal, bem como ocupante de cargo de mesma hierarquia deste, nas infrações político-administrativas.
- B) suspender, no todo ou em parte, a execução de ato normativo municipal declarado, incidentalmente inconstitucional, por decisão definitiva do Tribunal de Justiça do Estado, quando a decisão de inconstitucionalidade for limitada ao texto da Constituição do Estado.
- C) promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do parcelamento, da ocupação e do uso do solo urbano.
- D) solicitar, pela maioria de seus membros, a intervenção do Estado.

### Questão 49

Como informa Silva (2007, p. 476), “[...] a autonomia das entidades federativas pressupõe repartição de competências para o exercício e desenvolvimento de sua atividade normativa. Esta distribuição constitucional é ponto nuclear da noção de Estado federal.”

Para a devida repartição das competências entre os entes federativos, é adotado pela Constituição da República, segundo o autor, o princípio da

- A) unificação da federação.
- B) predominância do interesse.
- C) viabilidade jurídica.
- D) hierarquização administrativa.

### Questão 50

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, há expressa proibição de que o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, e os servidores e empregados públicos municipais não poderão firmar contrato com o Município.

A referida proibição subsistirá

- A) somente enquanto perdurarem as respectivas funções.
- B) mesmo depois de findas as respectivas funções e por um período de 02(dois) anos.
- C) mesmo que findas as funções, até que seja votada a próxima dotação orçamentária.
- D) até seis meses após findas as respectivas funções.

## FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01  A  B  C  D

02  A  B  C  D

03  A  B  C  D

04  A  B  C  D

05  A  B  C  D

06  A  B  C  D

07  A  B  C  D

08  A  B  C  D

09  A  B  C  D

10  A  B  C  D

11  A  B  C  D

12  A  B  C  D

13  A  B  C  D

14  A  B  C  D

15  A  B  C  D

16  A  B  C  D

17  A  B  C  D

18  A  B  C  D

19  A  B  C  D

20  A  B  C  D

21  A  B  C  D

22  A  B  C  D

23  A  B  C  D

24  A  B  C  D

25  A  B  C  D

26  A  B  C  D

27  A  B  C  D

28  A  B  C  D

29  A  B  C  D

30  A  B  C  D

31  A  B  C  D

32  A  B  C  D

33  A  B  C  D

34  A  B  C  D

35  A  B  C  D

36  A  B  C  D

37  A  B  C  D

38  A  B  C  D

39  A  B  C  D

40  A  B  C  D

41  A  B  C  D

42  A  B  C  D

43  A  B  C  D

44  A  B  C  D

45  A  B  C  D

46  A  B  C  D

47  A  B  C  D

48  A  B  C  D

49  A  B  C  D

50  A  B  C  D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

**USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.**

**ATENÇÃO:  
AGUARDE AUTORIZAÇÃO  
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**